

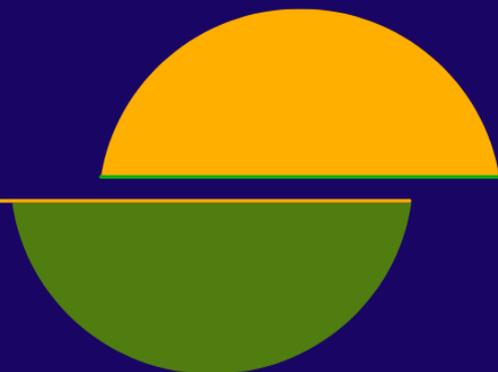
MILITARES NA POLÍTICA

INFORMES
TEMÁTICOS 2024



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



APRESENTAÇÃO

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira no primeiro semestre de 2024, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação sintetiza os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Os Informes Temáticos 2024 foram elaborados por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Convidamos toda a comunidade para apreciar o Informe!

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

EQUIPE INFORME BRASIL 2024

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe técnica

Felipe Bechara Medeiros Gesteira (Unifesp)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Gesteira

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M.G. (org); AGUIAR, B.; AZEVEDO, I.; DORO, V.; MARTINEZ, J.; NUNES, G. Militares na Política. Informe Temático 2024. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2025.

MILITARES NA POLÍTICA

Bárbara Rayeli Aguiar da Silva
Gabriela Pereira Nunes
Isabella Caroline Azevedo Silva
Julia Silva Martinez
Vitor Hugo Madureira Doro

Graduandos/as em Relações Internacionais
EPPEN/Unifesp

Este informe temático apresenta uma análise crítica sobre a crescente presença militar na política brasileira, com base no exame do material publicado pela grande imprensa no ano de 2024. O informe discute acontecimentos como a Operação Tempus Veritatis, que expôs o envolvimento de militares em articulações golpistas, e mapeia a cobertura midiática nacional, especialmente dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. O objetivo é fornecer subsídios para a compreensão das nuances da participação militar na política, assim como seus impactos para a democracia.

Militares, política e democracia: a reatualização de um conflito brasileiro

Em 2024, a presença dos militares na política brasileira voltou a ocupar espaço central na cobertura da imprensa. A tentativa de golpe articulada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e setores das Forças Armadas, revelada pela Operação da Polícia Federal “Tempus Veritatis”, expôs a atuação direta

de militares da ativa em conspirações contra a democracia. A grande mídia destacou o papel ambíguo das Forças, ora como agentes de contenção institucional, ora como cúmplices do projeto autoritário.

Em resposta, avançaram debates no Congresso Nacional sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe militares da ativa de disputarem

eleições, gerando resistência entre setores conservadores. Por fim, os jornais reforçaram a urgência de redefinir os limites entre a caserna e política, evidenciando o papel ainda persistente dos militares como interlocutores informais no poder civil.

A cobertura da imprensa sobre o envolvimento de militares em atos golpistas e na política brasileira

A cobertura da imprensa brasileira – com destaque para os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense – sobre o envolvimento de militares em atos golpistas e a politização das Forças Armadas no ano de 2024 foi ampla e, em muitos casos, crítica. De forma geral, o tratamento dado à temática foi aprofundado, com produção de reportagens investigativas, análises opinativas e editoriais contundentes. A cobertura não se limitou a relatar fatos isolados, mas contextualizou os eventos dentro de uma narrativa mais ampla sobre a relação entre militares e o poder político no Brasil.

O Estado de S. Paulo, por exemplo, publicou editoriais criticando o envolvimento indevido de militares na política e defendendo a necessidade de punições exemplares e de um reexame profundo na formação das Forças Armadas. Já a Folha de S.

Paulo publicou colunas assinadas, como a de Hélio Schwartzman, que ironizou a postura das Forças Armadas, apontando que a neutralidade na tentativa de golpe foi o mínimo esperado e criticando a leniência com os envolvidos.

Já as reportagens detalharam as operações da Polícia Federal, como a “Tempus Veritatis”, os nomes dos envolvidos, as medidas judiciais, os documentos apreendidos, além das implicações políticas e institucionais. Também foi dado espaço a falas de civis e militares, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Luís Roberto Barroso e Flávio Dino, autoridades que se posicionaram claramente sobre os limites constitucionais de atuação militar.

A linha editorial dos veículos consultados, especialmente Folha e o Estadão, introduziu uma postura crítica ao bolsonarismo e ao papel desempenhado por setores militares durante e após o governo Bolsonaro (2019-2022). A abordagem privilegiada foi a da defesa da ordem constitucional e da necessidade de despolitização das Forças Armadas. Ambos os jornais trataram com ceticismo e preocupação com o envolvimento de militares da ativa em articulações golpistas e a tentativa de se auto proclamarem um “poder moderador”. Ao mesmo tempo, os jornais também pontuaram que as investigações não indicavam apoio total das Forças Armadas à tentativa de

golpe, embora a omissão e a conivência tenham sido apontadas como fatores relevantes.

A imprensa atuou como agente de vigilância democrática, denunciando a politização das Forças Armadas e cobrando responsabilidades. Apesar de diferenças no tom e no grau de crítica entre os veículos, o consenso predominante foi de que a participação ou leniência de setores militares diante de ações golpistas representa uma ameaça à democracia, exigindo respostas institucionais firmes, inclusive no âmbito legislativo, com propostas de emenda constitucional e reforma normativa para delimitar a atuação política de militares.

Política é lugar de militar?

A presença de militares na política brasileira é uma realidade evidente e denota a fragilidade da democracia, uma vez que isto interfere na neutralidade política das Forças Armadas. Eventos recentes como o 8 de janeiro de 2023 e a leniência com transgressões disciplinares notada — nos casos dos generais envolvidos em conspirações golpistas —, revela um Estado ainda vulnerável à lógica tutelar dos militares, alimentada pela existência de “zonas de autonomia militar”.

A partir do cenário que se apresenta, é imperativo posicionar as Forças Armadas enfatizando sua função constitucional: defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, sendo subordinada aos interesses civis. Desse modo, os militares que a compõem não devem servir à um ideal político específico ou interferir na política nacional, mas tem o dever de servir conforme as orientações do Estado.

Entretanto, o uso das Forças Armadas para fins políticos não têm se mostrado episódico, mas sim parte de uma estratégia sustentada de instrumentalização do quartel. A inserção de militares da ativa e da reserva em funções civis estratégicas, como no governo federal anterior e na atual administração estadual de São Paulo, cria zonas cinzentas entre funções técnicas e decisões governamentais, ameaçadoras para o modelo democrático.

As tentativas de aprovação de uma PEC que obriga a transferência para a reserva de militares que desejem disputar eleições é um passo importante para a consolidação de um modelo político mais seguro. Entretanto, a dificuldade em sua aprovação enfatiza a estrutura institucional que ainda resguarda privilégios militares em detrimento da isonomia democrática, o chamado “privilégio corporativo”, respaldado na aptidão técnica. Dessa forma, o Brasil falha em

limitar a atuação política de militares da ativa e em ampliar o controle civil e a supervisão parlamentar sobre o setor de Defesa.

O fracasso do atual governo em obter consenso para aprovar a PEC expõe a fragilidade das instituições democráticas brasileiras diante do poder informal e corporativo dos militares. Sem reformas efetivas, o país segue vulnerável a interferências políticas por parte de setores armados, o que ameaça a estabilidade democrática.

Para saber mais

SÍLVIO ANUNCIACÃO. Por que os militares ainda influenciam a política brasileira? Jornal Unicamp: <https://jornal.unicamp.br/audio/2024/05/23/por-que-os-militares-ainda-influenciam-a-politica-brasileira/>

NATUZA NERY. Militares na Política: o intervencionismo. Podcast: <https://open.spotify.com/episode/5L4CrTsivk6WvC8aSQsF1D?si=aheyuWSIQvm7wgL4bDadkQ>